



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 50/XV/ 1.ª SL

Aos 21 dias do mês de junho de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I- Parte

10h00

Audição do Coordenador da *task force* para o Plano de Vacinação contra a COVID-19, «sobre o ponto de situação do processo de vacinação em curso, designadamente sobre o contributo deste processo para o número de mortes evitáveis e sobre as estratégias para a garantir o sucesso da vacinação no futuro», a [requerimento do PS](#);

II- Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 49, da reunião de 14 de junho;
2. Deliberação, nos termos e para os efeitos da alínea a), do n.º 6, do artigo 17.º, da Lei do Exercício do Direito de Petição, sobre a admissibilidade da [Petição n.º 160/XV/1.ª](#) - «Comissão de Inquérito ao Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa» (1 assinatura);
3. Deliberação sobre a admissibilidade e designação de relator das petições:

[Petição n.º 163/XV/1.ª](#) - «Direito à Saúde - Criação de uma urgência pediátrica na Unidade Local de Saúde do Nordeste - Unidade Hospitalar de Bragança»

(2736 assinaturas)

Deputado Relator: GP PSD;

[Petição n.º 167/XV/1.ª](#) - «Acesso aos cuidados de saúde no Bombarral – Uma situação dramática que carece de solução urgente»

(2856 assinaturas)

Deputado Relator: GP PS;



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 50/XV/ 1.ª SL

[Petição n.º 168/XV/1.ª](#) - «Por Médicos de Família no Centro de Saúde Ourém e nos seus Polos»

(2856 assinaturas)

Deputado Relator: GP PS;

4. Discussão do [Projeto de Resolução 214/XV/1.ª \(BE\)](#) - «Medidas para reforçar a resposta em emergência médica pré-hospitalar»;
5. Discussão do [Projeto de Resolução 654/XV/1.ª \(BE\)](#) - «Construção do novo hospital de Barcelos»;
6. Discussão e votação do [requerimento do CH](#), para audição urgente do Ex-Coordenador da Comissão para a Reforma da Saúde Pública, Dr. Mário Jorge dos Santos Neves, «sobre a aprovação da Lei n.º 12/2023, de 28 de março, mais conhecida como Lei-Quadro das Ordens Profissionais, e suas consequências para os profissionais médicos»;
7. Outros Assuntos.

I- Parte

10h00

Audição do Coordenador da task force para o Plano de Vacinação contra a COVID-19, «sobre o ponto de situação do processo de vacinação em curso, designadamente sobre o contributo deste processo para o número de mortes evitáveis e sobre as estratégias para a garantir o sucesso da vacinação no futuro», a requerimento do PS;

O Presidente deu as boas-vindas ao Coronel Penha Gonçalves, Coordenador da task force para o Plano de Vacinação contra a COVID-19 e ao Tenente-Coronel Pedro Dias, de seguida, explicou a grelha de tempos e enquadrou esta audição no âmbito do requerimento apresentado pelo PS, posto o que deu a palavra à Deputada Lúcia Araújo Silva para uma intervenção inicial a que se seguiu a resposta do Coronel Penha Gonçalves.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 50/XV/ 1.ª SL

Na primeira ronda de perguntas intervieram o Deputado Pedro Melo Lopes, o Deputado Pedro Santos Frazão e o Deputado João Dias, tendo o Coronel Penha Gonçalves respondido ao conjunto das questões formuladas.

Neste momento assumiu a condição dos trabalhos a Vice-Presidente, Susana Correia.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Deputados Lúcia Araújo Silva, Pedro Melo Lopes, Pedro Santos Frazão e João Dias.

O Coronel Penha Gonçalves respondeu, no final, ao conjunto das questões suscitadas, posto o que a Vice-Presidente deu por encerrada a audição.

II- Parte

1. Apreciação e votação da ata n.º 49, da reunião de 14 de junho;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

2. Deliberação, nos termos e para os efeitos da alínea a), do n.º 6, do artigo 17.º, da Lei do Exercício do Direito de Petição, sobre a admissibilidade da Petição n.º 160/XV/1.ª - «Comissão de Inquérito ao Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa» (1 assinatura);

O Presidente colocou à consideração dos Deputados a sugestão de inadmissibilidade da Petição n.º 160/XV/1.ª, pelas razões invocadas na Nota de Admissibilidade.

A Deputada Anabela Rodrigues referiu que a petição não estava bem fundamentada, o texto estava manuscrito e parte do mesmo não era inteligível, por isso considerava que a Petição não estava em condições de ser admitida.

Submetida à votação, a Nota de Admissibilidade sugerindo o indeferimento liminar da Petição em assunto foi aprovada por maioria, com o voto contra do CH e a abstenção da IL.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 50/XV/ 1.ª SL

3. Deliberação sobre a admissibilidade e designação de relator das petições:

Petição n.º 163/XV/1.ª - «Direito à Saúde - Criação de uma urgência pediátrica na Unidade Local de Saúde do Nordeste - Unidade Hospitalar de Bragança»

(2736 assinaturas)

Deputado Relator: GP PSD;

A Petição foi admitida por unanimidade, registando-se a ausência do GP do BE.

O GP do PSD informou que designaria posteriormente o Deputado relator.

Petição n.º 167/XV/1.ª - «Acesso aos cuidados de saúde no Bombarral – Uma situação dramática que carece de solução urgente»

(2856 assinaturas)

Deputado Relator: GP PS;

A Petição foi admitida por unanimidade, registando-se a ausência do GP do BE.

O GP do PS designou o Deputado Jorge Gabriel Martins como Deputado relator.

Petição n.º 168/XV/1.ª - «Por Médicos de Família no Centro de Saúde Ourém e nos seus Polos»

(2856 assinaturas)

Deputado Relator: GP PS;

A Petição foi admitida por unanimidade, registando-se a ausência do GP do BE.

O GP do PS designou o Deputado Hugo Costa como Deputado relator.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 50/XV/ 1.ª SL

3. Discussão do Projeto de Resolução n.º 214/XV/1.ª (BE) - «Medidas para reforçar a resposta em emergência médica pré-hospitalar»:

A Deputada Catarina Martins apresentou o Projeto de Resolução n.º 214/XV/1.ª (BE), podendo a discussão que se seguiu ser consultada na respetiva [Informação](#).

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 654/XV/1.ª (BE) - «Construção do novo hospital de Barcelos»:

A Deputada Catarina Martins apresentou o Projeto de Resolução n.º 654/XV/1.ª (BE), podendo a discussão que se seguiu ser consultada na respetiva [Informação](#).

6. Discussão e votação do requerimento do CH, para audição urgente do Ex-Coordenador da Comissão para a Reforma da Saúde Pública, Dr. Mário Jorge dos Santos Neves, «sobre a aprovação da Lei n.º 12/2023, de 28 de março, mais conhecida como Lei-Quadro das Ordens Profissionais, e suas consequências para os profissionais médicos»:

O Deputado Pedro dos Santos Frazão apresentou o Requerimento, frisando que a Lei-Quadro das Ordens Profissionais estava a suscitar dúvidas no seio das Ordens Profissionais existentes em Portugal e que, nesse sentido, era necessário ouvir o ex-Coordenador da Comissão para a Reforma da Saúde Pública, Dr. Mário Jorge dos Santos Neves, de modo a prestar os esclarecimentos sobre as consequências que decorrem desta Lei para a carreira médica e qualidade do exercício da profissão.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos referiu que a demissão do Dr. Mário Jorge dos Santos Neves foi pública e que o ex-Coordenador da Comissão para a Reforma da Saúde Pública invocou vários motivos para essa demissão. A proposta do Governo, para as ordens profissionais, acrescentou, ainda não foi aprovada no Parlamento e ainda havia espaço e tempo para avanços e recuos. Por fim, afirmou que, não havendo conexão direta entre os motivos invocados para a demissão e o funcionamento da Comissão para a Reforma da Saúde Pública, seria extemporâneo ouvi-lo nesta comissão, pelo que o GP do PS votaria contra.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 50/XV/ 1.ª SL

O Deputado Pedro Melo Lopes referiu que o GP do PS vetava as audições que não lhe interessava, independentemente dos motivos que as subjazem e afirmou que o GP do PSD não compreende que não se oiçam as pessoas que estão no terreno e que enriqueceria muito o debate nesta comissão ouvir o Dr. Mário Jorge dos Santos Neves.

Submetido à votação, o Requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e os votos favoráveis do PSD, CH e IL, registando-se a ausência do PCP e do BE.

7. Outros Assuntos.

No derradeiro ponto da ordem do dia, a Vice-Presidente referiu que, na sequência do adiamento da audição da Direção-Geral da Saúde (DGS) relativa à discussão na especialidade do Projeto de Lei n.º 620/XV/1.ª (L), o PS substituiu o requerimento de audição por parecer escrito, o PSD não prescindiu da audição da DGS e solicitou que a mesma fosse agendada ainda durante o mês de julho. Nesta conformidade, foi solicitado simultaneamente parecer escrito à DGS e o reagendamento da audição para o dia 12 julho de 2023, pelas 10h00. No que se refere ao reagendamento da audição, a resposta recebida foi a seguinte: «questiona-se se não será mais profícuo que a referida audição venha a ter lugar no mês de setembro, por se prever que haja, naturalmente, nessa altura matéria substancialmente nova sobre o tema em questão, desde logo em relação à avaliação das medidas implementadas e a implementar apresentadas pela Senhora Secretária de Estado da Promoção da Saúde na última audição».

Neste seguimento, a Vice-Presidente questionou os Senhores Deputados, em particular o GP PSD, o que pretendia fazer.

O Deputado Pedro Melo Lopes referiu que a DGS deveria comparecer na primeira data disponível.

A Deputada Joana Cordeiro manifestou incredulidade pelo facto de a DGS não estar disponível para ser ouvida num processo que é da sua competência. Neste momento, acusou, a DGS estava a bloquear a conclusão de um processo de discussão na



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 50/XV/ 1.ª SL

especialidade e que esta era uma prova que a DGS não funcionava convenientemente e manifestou o voto de protesto da IL por este facto.

O Deputado Luís Soares frisou que a DGS estaria disponível para entregar o parecer escrito assim que possível.

A Vice-Presidente informou ainda que, no âmbito do requerimento urgente apresentado pelo PSD e aprovado no dia 28 de março de 2023 para audição da Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências da Região Autónoma dos Açores (DRPCD-RAA) sobre a situação das Regiões Autónomas referidas no Relatório Anual referente a 2021 sobre «A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências», foi a DRPCD-RAA convidada para uma audição no dia 17 de maio e, posteriormente no 24 de maio, porém, por «indisponibilidade de agenda» a DRPCD-RAA não pode comparecer.

Nessa conformidade, foi solicitado que a DRPCD-RAA indicasse qual a sua disponibilidade (duas vezes por escrito e várias vezes telefonicamente) e, no dia 15 de junho, a resposta foi novamente: «tal como foi enunciado anteriormente por indisponibilidade de agenda não será possível estar presente nas datas acordadas.»

Atendendo à resposta apresentada pela DRPCD- RAA, a Vice-Presidente perguntou aos Senhores Deputados, em especial ao GP PSD, o que desejavam fazer.

O Deputado Pedro Melo Lopes referiu que este ponto deveria ser tratado em reunião de Mesa e Coordenadores e que deveriam ser desencadeados os melhores esforços para ouvir esta entidade.

A Vice-Presidente referiu que faltava decidir qual a grelha de tempos sobre a ronda adicional aprovada sobre o bloco de partos do Algarve, sugerindo que sejam acrescentados 3 minutos com resposta conjunta por parte do Ministro da Saúde, o que não mereceu qualquer oposição.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 50/XV/ 1.ª SL

O Deputado Pedro dos Santos Frazão apresentou um requerimento oral para ouvir o Ex-diretor de Obstetrícia, Ginecologia e Medicina de Reprodução do Centro Hospitalar Lisboa Norte, Dr. Diogo Ayres de Campos, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte e a Dra. Ana Paula Marins, Presidente do CA Lisboa Norte, referindo-se a um requerimento que fora apresentado pelo PSD e posteriormente retirado.

O Deputado Luis Soares referiu que o GP do PS não se opôs à apresentação deste requerimento oral, que não constava na ordem do dia, porém opunha-se à sua votação, a qual apenas deveria ocorrer na próxima reunião.

O Deputado João Dias referiu que deveria ser defendida a estabilidade da ordem do dia e garantir aos GP tempo para compreender com propriedade os assuntos que são abordados, concordando com a sugestão do PS.

O Deputado Pedro dos Santos Frazão referiu que respeitava a estabilidade da ordem do dia e que apenas pretendeu aproveitar o facto de estarem presentes todos os GP nesta reunião, possibilitando assim a sua discussão e votação. Comprometeu-se ainda a apresentar o mesmo requerimento por escrito.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:37 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua versão áudio e vídeo ser consultada neste [link1](#) e [link2](#).

Palácio de São Bento, 5 julho de 2023.

O PRESIDENTE

(ANTÓNIO MALÓ DE ABREU)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 50/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
Anabela Rodrigues (PS)
Eduardo Oliveira (PS)
Irene Costa (PS)
Jorge Seguro Sanches (PS)
Luís Soares (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Paulo Marques (PS)
Sofia Andrade (PS)
Susana Correia (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
Fátima Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
João Dias Coelho (PSD)
Pedro Melo Lopes (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Pedro Dos Santos Frazão (CH)
Joana Cordeiro (IL)
João Dias (PCP)
Catarina Martins (BE)
Berta Nunes (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Sara Velez (PS)
Helga Correia (PSD)
Inês Barroso (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Lima (PS)
Cláudia Bento (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
